26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ECOFEMINISMO: UMA ANÁLISE NA BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ECOFEMINISM: *AN ANALYSIS IN THE INFORMATION SCIENCE*

Paula Kaliane Henrique Silva – Universidade Federal do Ceará /(UFC)
Tayssa Nobre Lobo – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /(UNESP) – Campus Marília
Leandra Alencar Soares Lima de Passo – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /(UNESP) – Campus Marília
Rúbia Martins – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /(UNESP) – Campus Marília

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo reflete sobre as relações possíveis entre o Ecofeminismo e a Ciência da Informação. Tem como objetivo geral analisar a abordagem sobre ecofeminismo na Ciência da Informação. Como objetivos específicos, elegeu-se: a) mapear e identificar a produção científica acerca do ecofeminismo na Ciência da Informação no período de 2020-2025; b) caracterizar os principais temas e perspectivas teóricas discutidas na área; c) inferir possíveis contribuições da Ciência da Informação ao ecofeminismo. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa básica, qualitativa, exploratória-descritiva e bibliográfica, desenvolvida por meio de uma análise temática. Os resultados indicam, dentro do escopo delimitado, caminhos dialógicos potenciais para o vínculo estabelecido entre a Ciência da Informação e o pensamento ecofeminista. Conclui-se que, embora a discussão ainda esteja na sua fase inicial, temas como justiça informacional e regimes de informação podem ser analisados sob a ótica de gênero, o que é fundamental para compreender os impactos socioambientais da crise climática. Por fim, destaca-se a necessidade de produções científicas mais inclusivas, que incorporem o recorte de gênero e a diversidade da comunidade LGBTQIAPN+ nas discussões ambientais.
Palavras-chave: ecofeminismo; Ciência da Informação; gênero; BRAPCI.

Abstract: This study examines the possible relationships between ecofeminism and information science. Its overall objective is to analyze the approach to ecofeminism in information science. The specific objectives are as follows: a) to map and identify scientific literature on ecofeminism in Information Science from 2020 to 2025; b) to characterize the main themes and theoretical perspectives discussed in the field; c) to infer possible contributions of Information Science to ecofeminism. Methodologically, this study is characterized as basic, qualitative, exploratory-descriptive and bibliographic research, conducted through thematic analysis. The results indicate, within the defined scope, potential avenues for dialogue regarding the connection established between Information Science and ecofeminist thought. It is concluded that, although the discussion is still in its early stages, topics such as informational justice and information regimes can be analyzed from a gender perspective, which is essential for understanding the socio-environmental impacts of the climate crisis. Finally, the need for more inclusive scientific works that incorporate a gender lens and the diversity of the LGBTQIAPN+ community into environmental discussions is emphasized.
Keywords: ecofeminism; Information Science; gender; BRAPCI.

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental tem sido discutida desde a década de 1970, embora suas consequências estejam sendo sentidas de forma mais direta e frequente nos últimos anos, principalmente com o aumento das temperaturas advindo da mudança climática. Observa-se que o contexto emergencial suscita debates em diferentes esferas, acarretando diversas conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), entre elas: Rio 92; Rio+10; Rio+20; Conferências das Partes (COPS), entre outras, destinadas a discussões intergovernamentais acerca das mudanças climáticas. Entretanto, apesar de diversas iniciativas, um caminho coletivo de ações para reduzir tal cenário emergencial ainda se mostra incipiente, aspecto observável no ceticismo de alguns indivíduos diante das mudanças climáticas (Cardoso *et al.,* 2026), fenômeno fortalecido pela lógica do capitalismo, do mercado global e mediante espectros ideológicos e políticos.

Ademais, alguns grupos encontram-se num contexto de maior vulnerabilidade social quando a situação envolve os impactos das mudanças climáticas e catástrofes ambientais, como é o caso das mulheres, crianças, idosos, negros, dentre outros grupos minoritários. (Alston, 2014; Puleo, 2017). Com relação às mulheres, isso se deve também à divisão social de tarefas, em que o cuidado foi historicamente atribuído ao feminino (Puleo, 2017), principalmente no âmbito da vida pessoal. A suposta convicção de que as mulheres possuíam mais afinidade para o cuidado e, portanto, seriam mais propensas a realizarem tarefas associadas a essa demanda, gerou um acúmulo de atividades não remuneradas e acarretou

uma sobrecarga para este grupo.

Nessa perspectiva, foi em 1970 que surgiram as primeiras discussões acerca da relação entre mulher e natureza, a partir de um entendimento de que ambas são reféns da exploração do patriarcado capitalista[1], sistema que oprime as mulheres ao desvalorizar e explorar seu trabalho, e trata a natureza como um recurso lucrativo, desconsiderando uma coexistência equilibrada (Goldblum, 2017; Johnson, 2023; Shiva; Mies, 2014).

Nesse sentido, a discussão ecofeminista também volta-se para criticar o Antropoceno[2] — visão que, nessa perspectiva, tem sido revista como um entendimento que reduz o mundo ao Homem e estabelece dicotomias como a de natureza/cultura, que funcionam para estabelecer hierarquias e consequentemente colocam a natureza como inferior, desconsiderando as interseções da humanidade com os diversos ecossistemas que vivem no planeta (Rocha; Santi; Redigolo; Oliveira, 2025). Para as ecofeministas, essa lógica também é aplicada para subjugar os corpos femininos.

Cabe destacar que a própria noção universalizante de homem para denominar todos os seres humanos também é alvo de crítica e teorização no movimento feminista (Barca, 2020; Plumwood, 1993; Puleo, 2017), considerando que, a partir dali, a identidade da humanidade passa a ser delimitada pelo biológico e por uma relação de dicotomia. Dessa forma, "o Ecofeminismo questiona as pretensões dualistas e universalistas presentes no Antropoceno" (Rocha; Santi; Redigolo; Oliveira, 2025 p. 10), principalmente quando esta universalização contribui para a invisibilização de que algumas pessoas são afetadas desproporcionalmente pelo impacto que produzem no meio ambiente.

Por conseguinte, observa-se esta como uma problemática a ser discutida no âmbito da Ciência da Informação (CI), considerando que a área está cada vez mais preocupada com aspectos atrelados a questões sociais, políticas e de gênero e o modo como a informação surge, interfere e age nessas esferas, destacando-se também a análise das relações de poder imbricadas nos processos informacionais e que permeiam essas manifestações.

Com base nesses apontamentos, parte-se da seguinte **pergunta de pesquisa**: Como o

[1] Compreendido como um sistema que une a lógica de dominação masculina com aquela proposta pelo capitalismo, o que visa apenas o lucro. A partir dessa junção, explora e oprime as mulheres e demais grupos vulneráveis, bem como a natureza (Shiva; Mies, 2014).

[2] Conceito entendido como uma nova época geológica a partir da qual as ações humanas alteraram significativamente e de modo irreversível os sistemas biofísicos da Terra (Angus, 2023).

ecofeminismo tem sido discutido enquanto temática no âmbito da Ciência da Informação brasileira?

A partir disso, tem-se como **objetivo geral** analisar a abordagem sobre ecofeminismo na Ciência da Informação (CI). Para tanto, tem-se como **objetivos específicos:** a) mapear e identificar a produção científica acerca do ecofeminismo na Ciência da Informação no período de 2020-2025; b) caracterizar os principais temas e perspectivas teóricas discutidas na área; c) inferir possíveis contribuições da Ciência da Informação ao Ecofeminismo.

O presente estudo justifica-se pela necessidade e emergência da discussão acerca das crises ambientais e climáticas nas Ciências Humanas e Sociais, considerando os seus impactos em grupos vulneráveis, haja vista ser a CI campo propício para esta análise, conforme a importância da informação e sua politização no contexto atual. Além disso, destaca-se a relevância de tal perspectiva no âmbito dos estudos de gênero, considerando a relação entre as mulheres e a natureza, ambas como vítimas de opressão, marginalização e exploração do sistema patriarcal capitalista. Assim, destaca-se a relevância de analisar como a presente temática vem sendo abordada pela CI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi dividido em duas subseções: primeiramente, discorrer sobre como vêm sendo abordadas as questões ambientais na CI e, em seguida, examinar a construção da teoria ecofeminista.

2.1 QUESTÕES AMBIENTAIS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As questões ambientais atravessam a CI de modo singular e apresentam diversas abordagens para discutir os temas que envolvem a relação entre o ser humano e o meio ambiente. Como parte dessa crescente nos temas em CI, sua pertinência é vista aqui pelos temas tratados neste campo por meio das publicações em periódicos, que acompanham a importância da informação como objeto de estudo para o meio ambiente há, pelo menos, 60 anos, com relação à necessidade de informação ambiental (Barros; Paiva; Barros, 2025).

No caso da CI, a informação ambiental é uma das temáticas que tem se destacado. Para Vasconcelos, Redigolo e Assunção (2023, p. 179), ela se refere "[...] aos dados valiosos disseminados acerca do meio ambiente, incluindo investigações sobre os ecossistemas e o impacto do indivíduo sobre os mesmos", alocando essa percepção a partir da existência da

apropriação da informação, o que liga este fenômeno à Mediação da Informação. Fato explicado por Silva, Oliveira e Santos Neto (2025, p. 5), pois a apropriação:

> [...] enquanto parte da recepção no processo de transmissão da informação gera efeitos de sentido e depende, também, da vivência e das especificidades de cada um dos usuários. A informação precisa fazer sentido, ser compreendida e assimilada pelo sujeito leitor, não sendo apenas recebida passivamente [...].

Segundo Machado (2018), a informação ambiental deve apresentar três características a ela inerentes: a) tecnicidade, pois devem estar nela constantes dados técnicos advindos de saberes interdisciplinares (geológicos, econômicos, ambientais, jurídicos, informacionais, biológicos, etc.); b) compreensibilidade, pois, embora técnica, a informação ambiental deve ser inteligível ao público e à sociedade de modo geral; c) tempestiva, pois a informação ambiental deve ser prestada e disponibilizada em tempo hábil para tomada de decisões. Pressupostos que, segundo Martins (2025), têm a finalidade da participação mais ativa da sociedade em processos decisórios de governança ambiental.

A Justiça Ambiental também é discutida por meio do direito e acesso à informação, tema reforçado pela perspectiva da transparência ambiental (Guerreiro; Sobrinho; Condurú, 2021; Quintslr; Issberne; Silva, 2022; Rodrigues, 2023). Tais eixos de debate apresentam não somente um caráter político evidente, mas também encontram-se presentes nas discussões sobre regimes de informação. Nesse espectro, tanto a atuação do Estado quanto outros atores de influência na concepção da informação são colocados em voga, pois, para Oliveira e Fujita (2025, p. 589), tais regimes são “um modelo de produção, distribuição e gestão da informação presente em uma determinada sociedade que possui suas regras, seus padrões operacionais, suas formas de exercício de autoridade e sua política institucional de informação”. Retratam, portanto, as disputas informacionais por grupos sociais, sejam elas voltadas a discursos, práticas científicas e tecnologias para a sustentabilidade.

Diante de tais abordagens, podem ser citadas também a discussão sobre o Antropoceno por Nhacuongue (2022) acerca do impacto humano sobre o ecossistema global e o debate entre a soberania informacional e o capitalismo de dados, abordado por Giraldi (2025), ambos criticando a degradação ambiental e ecológica, tendo em comum a importância em trazer a informação justa para os grupos marginalizados que são mais afetados por tais discriminações sociais, de gênero, étnico-raciais etc. Todas estas vertentes e modos de pensar

a CI num complexo movimento social auxiliam a representar o papel da informação nesses processos e abrem caminho para a abordagem de temáticas pertinentes para o conjunto de atores que compõe a questão climática, suas causas e consequências.

Com efeito, pensar em tais grupos possibilita averiguar quais recortes se tornam necessários para compreender determinados fenômenos e seus impactos específicos, uma vez que a questão ambiental é proporcional à situação econômica e social de um local e do grupo que o habita. Para Candido *et al.* (2022) e Rocha; Santi; Redigolo; Oliveira (2025), essa discussão é possível de ser debatida por meio do ecofeminismo, tendo em vista que esse movimento político abrange o gênero e a natureza na realidade dos sistemas dominantes diante das práticas informacionais, legitimação do conhecimento e estruturas de poder. Diante disso, faz-se necessário compreender o ecofeminismo em sua formação para pontuar suas interseções com a CI. Tais discussões são desenvolvidas a seguir.

2.2 ECOFEMINISMO: CONHECENDO A TEORIA

Foi no livro *"Le féminisme ou la Mort",* publicado em 1974, de Françoise D'Eaubonne, que o termo ecofeminismo foi usado e discutido pela primeira vez. A autora analisa que o sistema do patriarcado capitalista é o responsável tanto pela opressão das mulheres quanto pela exploração desmedida do meio ambiente (Goldblum, 2017; Johnson, 2023). Nesse sentido, argumenta que as lutas ambientais e feministas deveriam unir-se em prol do confronto a esse sistema de poder que os explora, oprime e os reduz a meros recursos, desvalorizando suas existências e contribuições na sociedade. A partir de tal visão, desenvolveram-se as discussões voltadas para os impactos da exploração do meio ambiente e o modo como as mulheres são afetadas e podem atuar em prol de um sistema menos destrutivo ambientalmente para a humanidade, fauna e flora, incentivando uma perspectiva que considere a natureza para além de uma mercadoria, como tem sido tratada nos últimos séculos (Shiva; Mies, 2014).

Dessa forma, surgiram os estudos ecofeministas. Estes dividem-se em algumas vertentes, ressaltando-se aspectos espirituais, culturais, tecnológicos, dentre outros (Puleo, 2017). Salientam-se neste estudo os clássicos/essencialistas e os construtivistas. Os primeiros abordam a relação entre a natureza e as mulheres, argumentando que estas eram mais propensas a tais discussões devido a uma suposta predisposição ao cuidado. Assim, há uma

visão essencialista ao justificar que essa conexão explicaria a atuação feminina diante da crise ambiental. Tal perspectiva gerou conflito com outro grupo de ecofeministas, que defendiam que essa inclinação reforçava a naturalização da mulher com o cuidado, sendo esta uma função historicamente assumida pelas mulheres, construída a partir de um ideal patriarcal (Puleo, 2017) e utilizada para manter uma estrutura de opressão.

A autora evidencia que isso deixou as mulheres mais atentas a essas questões e com uma afetividade em maior grau e, a partir da junção desses aspectos com "[...] informações adequadas e uma perspectiva crítica sobre os discursos hegemônicos, criam-se as condições para que seu interesse em defender a natureza e outros seres vivos desperte" (Puleo, 2017, p. 210). Portanto, o ecofeminismo não deve ser entendido apenas a partir de uma suposta relação inata entre as mulheres e a natureza, mas sim ao considerar uma construção social e histórica que delimita as formas de enxergar as mulheres na sociedade, e parte do entendimento de que esta é moldada por uma visão do patriarcado. Essa é a perspectiva defendida pelas ecofeministas, que partem de uma noção construtivista dessa relação. Assim, as teóricas dessa vertente defendem uma análise ampla que envolve aspectos políticos, sociais, históricos e culturais (Agoldblum, 2017; Puleo, 2017; Shiva; Mies, 2014). Destaca-se que, apesar dos enfoques escolhidos para análise, o movimento ecofeminista possui um ponto de convergência em comum: a crítica ao patriarcado capitalista.

Entende-se que as mulheres, a partir dos impactos de uma formação histórica e cultural do patriarcado capitalista, assumem posições mais fragilizadas na sociedade por meio de atividades negligenciadas, de risco, ou assumindo responsabilidades como a liderança em prol da sobrevivência familiar em contextos precários, a exemplo de sujeitos que habitam em países à margem da economia mundial que têm seus recursos explorados e exportados para países ricos (Puleo, 2017; Shiva; Mies, 2014). Cenários reforçados e ampliados pela lógica do capitalismo. Nesse ponto, considera-se que os impactos produzidos por este sistema estão presentes na vida dos sujeitos e perpassam as questões políticas, sociais e econômicas que dizem respeito à saúde, qualidade de vida, condições de moradia, alimentação, acesso à água, entre outros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se por ser de natureza básica, isto é, baseada na discussão e sem aplicações práticas (Silveira; Córdova, 2009), do tipo exploratória-descritiva e bibliográfica, e com abordagem qualitativa. Quanto ao processo analítico, a estratégia adotada baseou-se na perspectiva da análise temática.

A respeito do caráter exploratório, entende-se que o seu propósito em uma pesquisa é realizar um levantamento preliminar acerca de um fenômeno, permitindo uma definição precisa da área de atuação, tendo em vista estabelecer certa familiaridade com o assunto (Severino, 2016; Menezes; Duarte; Carvalho; Souza, 2019). Em complemento, o viés descritivo é demonstrado no processo de análise dos textos obtidos, com vistas a apresentar suas principais características. Evidencia-se, a partir disso, a relevância em investigar o ecofeminismo como uma temática em potencial nos estudos da CI.

No que se refere à abordagem qualitativa, Silveira e Córdova (2009, p. 34) defendem que esta "[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais". Esta abordagem permeia todo o processo de seleção do material e posterior análise dos dados. Além disso, realizou-se um levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), escolha que se justifica por esta ser a principal base de dados nacional na área.

Para tal, foram utilizados os seguintes termos de busca junto ao operador booleano "AND": "ecofeminismo e ecofeminista"; "ecofeminismo"; "ecofeminista"; "mulher e meio ambiente"; "feminismo e ecologia"; "feminismo e meio ambiente"; e "mulher e crise ambiental". A coleta resultou no Quadro 1 a seguir.

Tabela 1 - Busca realizada na Brapci

Termo	Trabalhos Recuperados
"Ecofeminismo AND ecofeminista"	1
"Ecofeminismo"	3
"Ecofeminista"	2
"Mulher AND meio ambiente"	3
"Feminismo AND ecologia"	1
"Feminismo AND meio ambiente"	0
"Mulher AND crise ambiental"	0
Total:	10

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Finalizada a etapa de coleta, procedeu-se à conferência dos resultados, a partir da qual foram identificadas duplicatas entre os achados. Consequentemente, aplicaram-se os seguintes critérios de filtragem (inclusão e exclusão): **1)** recorte temporal dos últimos 6 anos, isto é, 2020-2025; **2)** remover as repetições; **3)** pertinência do ecofeminismo como parte do texto. Assim, o *corpus* foi reduzido de dez para cinco produções científicas, tendo em vista que a leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e considerações finais em primeiro momento fez parte dessa percepção inicial para a redução da amostra. Dessa forma, o conjunto final passou a compor uma entrevista e quatro artigos.

Por fim, no que tange à utilização da análise temática, foram definidas categorias a posteriori, isto é, de forma dedutiva após o levantamento dos dados e com base nas discussões suscitadas no referencial teórico. A respeito deste tipo de técnica de análise, Severino (2016) esclarece que seu intuito é identificar o objeto central do texto e, ao responder a esse questionamento, desvela-se a sua temática, permitindo a compreensão da problematização proposta. Este tipo de análise nos permitiu realizar os seguintes questionamentos: **1)** Quais são os principais temas abordados nos textos coletados? e **2)** Como o ecofeminismo é tratado nesses textos?

As etapas para a realização deste processo foram divididas da seguinte forma: a) leitura exploratória; b) fichamento dos textos; c) seleção dos principais temas; e d) desenvolvimento de relações com ecofeminismo. Posto isso, a seguir apresentam-se a análise e interpretação dos resultados alcançados, com o intuito de responder a tais perguntas metodológicas, bem como apresentar uma descrição dos temas principais e suas relações com o ecofeminismo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A etapa de análise foi desenvolvida com base na leitura e interpretação dos cinco trabalhos selecionados, buscando identificar as principais ideias desenvolvidas em cada produção, bem como as aproximações e relações entre os textos com as discussões teóricas estabelecidas anteriormente ao longo desta investigação. O Quadro 2 apresenta o levantamento das produções analisadas a partir dos recortes definidos para esta pesquisa, reunindo título, ano de publicação e palavras-chave, conforme a seguir.

Quadro 2 - Levantamento dos trabalhos (2020-2025)

Autoria	Título	Ano	Palavras-chave
Gilberto Gomes Cândido; Franciele Marques Redigolo; Marise Teles Condurú; Camila do Nascimento Brito; Carla Patricia Lima Silva	O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas	2022	Ecofeminismo; Feminismo Ecológico; Ecologia Feminista; Pesquisas Científicas.
Luísa de Pinho Valle	"Somos o que comemos!": uma reflexão da política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia	2022	Comida; Política de cuidado; Ecofeminismos; Agroecologia.
Luiza Peixoto Cilente; Monica Machado Cardoso; Marta de Araújo Pinheiro	Práticas do cuidar: perspectivas feministas sobre o cuidado em um coletivo de erveiras	2022	Cuidado; Feminismo; Erveiras; Saúde comunitária; Coletivo Grão de Luz.
Pamela Giselle Lima da Rocha; Cecíla Abrahão Nascimento de Santi; Franciele Marques Redigolo; Hamilton Vieira Oliveira	Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: uma perspectiva ambiental e de gênero	2025	ecofeminismo; desenvolvimento sustentável; gênero; justiça ambiental; sustentabilidade.
Martha Campos Abreu	Entrevista com Marilda de Souza Francisco	2025	-

Fonte: dados da pesquisa (2026).

O primeiro trabalho, intitulado "O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas", de Cândido *et al.* (2022), identifica como o ecofeminismo tem contribuído para as pesquisas científicas brasileiras. Os autores mapeiam como o assunto tem sido discutido e elencam as seguintes temáticas em sua análise: literatura (poesia ou ficção); mulher na agricultura; protetoras de animais de rua e sexismo; sustentabilidade ambiental e gênero. Destacando o modo como o ecofeminismo tem potencial discursivo, dado a sua abrangência em diferentes assuntos e a necessidade de mais estudos nacionais sobre a temática.

Essa perspectiva de encontro com os parâmetros da Justiça Ambiental e o direito ao acesso à informação, pontuados por Quintslr, Issberner, Silva (2022) e Rodrigues (2023),

sobretudo quando o tema abordado por Candido *et al.* (2022) vem sendo trabalhado não somente numa percepção sociopolítica, mas também científica. Essa reflexão torna possível perceber que o papel da ciência em pesquisas dessas temáticas possui apelo mais evidente a grupos sociais em vulnerabilidade. Observa-se o que Puleo (2017) já afirmava sobre a importância da socialização para a assimilação de funções sobre tais grupos, o que reforça determinadas assimilações em relação ao papel da mulher nesse aspecto ambiental.

Em "'Somos o que comemos!": uma reflexão da política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia", de Valle (2022), a autora propõe uma reflexão sobre a política de cuidado ecofeminista na produção alimentar agroecológica, tecendo críticas ao modelo andro-antropocêntrico do sistema colonial-capitalista. Além disso, defende a "economia de subsistência" liderada por mulheres como base para uma economia que sustenta a vida. Um fato abordado por este texto é a relação simbiótica entre a mulher e a prática agroecológica, discurso abordado por Shiva e Mies (2014) e Johnson (2023) acerca do entendimento de que tanto a natureza quanto a mulher encontram-se cercadas pela exploração do patriarcado e do modelo político e econômico vigentes. Isto é, quando se permite olhar a dinâmica ecológica sob a informação, tem-se nos regimes de informação um elemento de como essa exploração tem sido realizada ao influenciar políticas públicas, práticas de produção e distribuição de elementos naturais etc. (Oliveira; Fujita, 2025).

Já no que diz respeito à temática do cuidado, esta surge novamente em "Práticas do cuidar: perspectivas feministas sobre o cuidado em um coletivo de erveiras" de Cilente, Cardoso e Pinheiro (2025), sob a ótica de que as mulheres ocupam posições de liderança em práticas coletivas. As autoras analisam três perspectivas feministas sobre a noção de cuidado, sendo elas: ecofeminista, ético-política e estratégia comunitária. Elas defendem que o cuidado pode ser entendido para além da normativa proposta pelo sistema patriarcal capitalista. A análise se dá a partir das práticas do coletivo Grãos de Luz, grupo localizado em Lumiar (RJ) que resgata saberes tradicionais sobre ervas e plantas medicinais.

Assim, no estudo, o cuidado não se refere apenas a um trabalho desvalorizado, como é comumente associado na lógica capitalista, mas funciona como um modo de transformação social e construção de relações solidárias. Neste caso, há uma abordagem mais evidente da dinâmica patriarcal e parcialmente extrativista quando o assunto sobre práticas ecológicas comunitárias é colocado em voga. Isto é, sabendo que o ecofeminismo questiona as

características propostas pelo antropoceno (Rocha; Santi; Redigolo; Oliveira, 2025), permite-se pensar em formas diferentes de trabalhar com os recursos naturais e, consequentemente, confrontar a ideologia androantropocênica e neoliberal (Plumwood, 1993; Silva; Puleo, 2026).

No estudo "Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: uma perspectiva ambiental e de gênero" de Rocha; Santi; Redigolo; Oliveira (2025), os autores abordam as relações entre ecofeminismo, Ciência da Informação e meio ambiente, a partir da análise de publicações que tratam das temáticas, discorrendo sobre a luta das mulheres e reconhecendo que estas são mais vulneráveis diante da crise ambiental. Também criticam o modelo capitalista moldado pelo antropoceno e enfatizam o papel das mulheres na conservação de recursos e como pessoas relevantes para o desenvolvimento sustentável. A reflexão tratada aqui remete sobretudo ao pensamento de Silva e Puelo (2026) quanto ao pensamento político, mas também explora o argumento de Vasconcelos, Redigolo e Assunção (2023) quanto ao papel da CI nesse âmbito, fato que pode ser visualizado pela informação ambiental e seus componentes relacionais.

Por fim, a "Entrevista com Marilda de Souza Francisco", conduzida por Abreu (2025), relata as vivências de Marilda e parte da história do Quilombo Santa Rita do Bracuí, destacando a resistência contra a construção da estrada Rio-Santos durante a ditadura militar, além de outras resistências diante de sujeitos e empresas que ameaçavam a comunidade em prol da exploração de recursos. Destaca também a importância das práticas culturais e orais para a memória da comunidade. Dentre os trabalhos analisados, este traz um relato direto de como a luta de grupos vulnerabilizados e, não obstante, importantes para a manutenção ecológica e sustentável da sociedade, encontra-se em um cenário de crise.

Acerca disso, ressalta-se o que Nhacuongue (2022) reflete sobre como o impacto do ser humano na Terra, em perspectiva mundial e regional, embora interligado, apresenta-se de maneira diferente de acordo com seu contexto econômico, social, cultural e político. Quando se insere a questão de gênero em tais contextos, muito se pode compreender sobre como o sistema vigente retroalimenta-se do patriarcado para manter e renovar seus meios de exploração de classes sob uma cultura, economia e política dominantes, reflexão que Puelo (2017) e Rocha; Santi; Redigolo; Oliveira (2025) abordam.

Observa-se que nas produções há uma forte presença feminina em questões que envolvem resistência a grandes corporações e sistemas que exploram e destroem o meio

ambiente, destacando as mulheres como agentes de preservação. Todos os cinco trabalhos abordam, em diferentes lentes, o modo como o sistema patriarcal capitalista e as relações de poder constroem um mundo formado pela dicotomia entre homem e mulher, e por uma relação de exploração da natureza; exploração esta que acarreta sérias mudanças climáticas, tais como o aumento das temperaturas, a escassez de recursos, as secas, entre diversos outros que afetam áreas como a agricultura, saúde, economia, e intensificam problemas ambientais e sociais. É nesse cenário que as mulheres e demais grupos vulneráveis se encontram inseridos e experimentam seus males em maior grau, como já observado por Alston (2014) e Puleo (2017). Assim, supõe-se, a partir dos cinco trabalhos analisados, que, seja por meio da associação com o cuidado, em uma vertente que busca fortalecer a ideia na qual ele é essencial para a manutenção da vida — contrapondo-se à perspectiva desvalorizadora do capitalismo —, seja pelo combate a uma lógica antropocêntrica e capitalista, observa-se que as mulheres encontram-se no cerne da problemática ambiental e podem atuar em prol da resistência frente à destruição proporcionada pelo mercado, mediante a manutenção de práticas sustentáveis, preservação de saberes, entre outras ações, conforme discutido nos textos analisados, de modo a contribuir para um melhor enfrentamento das problemáticas apresentadas.

Nesse sentido, o ecofeminismo tem demonstrado a relevância de discutir os impactos das mudanças climáticas e destacado como essas afetam e são do interesse, sobretudo, de grupos marginalizados, como as mulheres. Compreende-se que este é um fenômeno com potenciais de investigação sob a influência da lógica de produção e exploração aplicada e defendida a partir da manutenção do sistema patriarcal capitalista. Assim, entende-se que a CI pode contribuir para o debate ao analisar, por exemplo, como os regimes de informação e os processos de produção e apropriação da informação moldam as relações de poder e podem atuar no engendramento de discursos que contribuem para a manutenção ou desconstrução de tal cenário, subsidiando dessa forma um debate mais denso acerca dessas temáticas que emergem com maior urgência nos últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos analisados, observou-se que o ecofeminismo proporciona uma perspectiva produtiva para discutir e compreender as relações entre gênero, cuidado e meio

ambiente, para além de uma vertente tradicional que desconsidere as relações de poder envolvidas nesses contextos e a desvalorização do trabalho feminino. Evidencia-se a importância do papel das mulheres no desenvolvimento de práticas e construção de modos de viver mais voltados para o cuidado, preservação e respeito à natureza, ao mesmo tempo em que reconhecem e lutam contra o sistema de exploração capitalista e antropocêntrico. Entendendo este como um sistema que afeta todos os seres e funciona apenas pela lógica da produção e exploração de grupos marginalizados, do meio ambiente e de seus recursos. Constata-se que por meio de tais esforços e práticas, há a possibilidade de atuações que contribuam para reduzir os efeitos das ações climáticas no cotidiano dos sujeitos. Assim, pode-se dizer que os objetivos estabelecidos foram alcançados.

O estudo revelou uma relação ainda primária entre a CI e o ecofeminismo, sobretudo pelo viés de trabalhos que buscam retratar a informação e o gênero neste movimento político. Na Brapci, as pesquisas que consideram tal envolvimento ainda são escassas, embora a temática ambiental esteja cada vez mais em voga nos estudos da informação e em diferentes abordagens. A questão levantada aqui, no entanto, obteve como resposta uma construção ainda inicial do argumento informacional sob o recorte de gênero, o que evidencia a visualização de ambos de maneira dissociada.

No âmbito da CI, foram analisados trabalhos que contemplam a justiça informacional, regimes de informação, mediação e apropriação da informação, bem como outras abordagens possíveis de serem debatidas sob o aspecto de gênero. Isto posto, é possível observar que o crescimento da temática ambiental e os pormenores da crise climática encontram, principalmente em seus impactos, os atores que caracterizam as relações sociais do sistema dominante. A partir disso, evidenciar tais personagens também se torna relevante para compreender as ações de causa e consequência desse fenômeno na sociedade e o modo como os grupos vulneravéis tem lidado com essa crise, apresentando respostas possíveis para enfrentar essa problemática. Nesse sentido, a CI constitui-se como um campo profícuo para ampliar e enriquecer esse debate, por exemplo, a partir dos estudos mediacionais, de práticas dos sujeitos e das relações informacionais que permeiam todas as relações sociais. Para tal, reitera-se a importância de abordagens diferenciadas no interior dessa relação com base nos tópicos já tratados pela questão ambiental, mas que demonstrem o recorte de gênero como um indicador pertinente, sobretudo considerando a necessidade de discutir aspectos fora do

eixo da heteronormatividade e englobar os sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+, de modo a contribuir para uma produção científica mais plural e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha Campos. Entrevista com Marilda de Souza Francisco. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 1-7, 2025. DOI: https://doi.org/10.64729/an.acervo.v38i2.2727. Acesso em: 05 nov. 2026.

AGOLDBLUM, Caroline. Françoise d'Eaubonne, à l'origine de la pensée écoféministe. **L'Homme & la Société**, [S. l.], n. 203-204, p. 189-202, 2017. DOI: https://doi.org/10.3917/lhs.203.0189. Acesso em: 10 jun. 2026.

ANGUS, Ian. **Enfrentando o Antropoceno**: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2023. 248 p.

ALSTON, Margaret. Gender mainstreaming and climate change. **Women's Studies International Forum**, [S. l.], v. 47, p. 287-294, 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.01.016. Acesso em: 10 jun. 2026.

BARCA, Stefania. Forças de reprodução: o ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno. **e-cadernos CES**, [S. l.], n. 34, p. 25-45, 2020. Disponível em: http://journals.openedition.org/eces/5448. Acesso em: 11 jun. 2026.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos; PAIVA, Rodrigo Oliveira; BARROS, Diego Bil Silva. A incorporação do tema ambiental pelos periódicos brasileiros de ciência da informação: do alerta global às expectativas da conferência do clima na Amazônia (COP30). **Informação & Informação**, Londrina, v. 30, n. 2, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/home. Acesso em: 15 jun. 2026.

CANDIDO, Gilberto Gomes *et al*. O ecofeminismo como perspectiva em pesquisas científicas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/194812. Acesso em: 15 jun. 2026.

CARDOSO, Nicolas de Oliveira *et al*. Mapping climate belief profiles in Brazil: a cluster analysis of polarization and mistrust. **Journal of Environmental Psychology**, [S. l.], v. 109, p. 1-11, 2026. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2025.102885. Acesso em: 11 jun. 2026.

CILENTE, Luiza Peixoto; CARDOSO, Monica Machado; PINHEIRO, Marta de Araújo. Práticas do cuidar: perspectivas feministas sobre o cuidado em um coletivo de erveiras. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, e4317, abr./jun. 2025. DOI: https://doi.org/10.29397/reciis.v19i2.4317. Acesso em: 05 nov. 2026.

GIRALDI, Paulo. Entre o capitalismo de dados e a soberania informacional: marcos legais sensíveis para o desenvolvimento justo da Amazônia internacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/385116. Acesso em: 15 jun. 2026.

GUERREIRO, Irene Costa Freitas; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; CONDURU, Marise Teles. Transparência ambiental: da disponibilidade ao acesso à informação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 4, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/169920. Acesso em: 15 jun. 2026.

JOHNSON, Sheila Golburgh. **D'Eaubonne coins the term ecofeminism**. [S. l.]: EBSCO, 2023. Disponível em: https://www.ebsco.com/research-starters/history/deaubonne-coins-term-ecofeminism#full-article. Acesso em: 10 jun. 2026.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2018.

MARTINS, Rúbia. Direito à informação e mecanismos participativos na governança ambiental: interfaces entre ciência da informação e direito. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. [S. l.]: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/633. Acesso em: 12 maio 2026.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes; DUARTE, Francisco Ricardo; CARVALHO, Luis Osete Ribeiro; SOUZA, Tito Eugênio Santos. **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina: UNIVASF, 2019.

NHACUONGUE, Januário. A ciência e a ordem social: ensaios para disrupção do antropoceno. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/195046. Acesso em: 15 jun. 2026.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política e regime de informação: combate à fome, transição ecológica e política externa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 30, n. 2, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/363802. Acesso em: 15 jun. 2026.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. London: Routledge, 1993.

PULEO, Alicia. ¿Qué es el ecofeminismo? **Quaderns de la Mediterrània**, [S. l.], n. 25, p. 210-216, 2017. Disponível em: https://www.iemed.org/wp-content/uploads/2021/05/%C2%BFQue%CC%81-es-el-ecofeminismo_-1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

QUINTSLR, Marcia Maria Melo; ISSBERNER, Liz-Rejane; SILVA, Taís Elaine. A justiça ambiental na produção de estatísticas oficiais sobre meio ambiente: determinações das Nações Unidas e o Brasil. **Revista EDICIC**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/258903. Acesso em: 15 jun. 2026.

ROCHA, Pamela Giselle Lima da; SANTI, Cecília Abrahão Nascimento de; REDIGOLO, Franciele Marques; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: uma perspectiva ambiental e de gênero. **ConCI**: Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 8, n. especial, p. 1-32, 2025. DOI: https://doi.org/10.33467/conci.v8i.23191. Acesso em: 13 jun. 2026.

RODRIGUES, Georgette Medleg. O direito de acesso às informações sobre o meio ambiente no Brasil: uma abordagem na perspectiva dos direitos humanos. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 11, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/253508. Acesso em: 15 jun. 2026.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 2014.

SILVA, Josanne Jean de Assiz da; OLIVEIRA, Hamilton Vieira; SANTOS NETO, João Arlindo dos. A mediação da informação para a sustentabilidade ambiental na perspectiva da Agenda 2030: estudo de caso na biblioteca do IFPA campus Santarém. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 12, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/378076. Acesso em: 15 jun. 2026.

SILVA, Laureny Aparecida Lourenço da; PULEO, Alicia. Tradução de "Uma cartografia ecofeminista para a esperança", de Alicia Puleo. **Caligrama**: Revista de Estudos Românicos, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 132-136, 2026. DOI: https://doi.org/10.35699/2317-2096.2026.63451. Acesso em: 15 jun. 2026.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44.

VALLE, Luísa de Pinho. "Somos o que comemos!": uma reflexão da política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e5884, maio 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/194327. Acesso em: 15 jun. 2026.

VASCONCELOS, Stela Andrade; REDIGOLO, Franciele Marques; ASSUNÇÃO, Suelene Santana. Informação ambiental, sustentabilidade e Agenda 2030 em periódicos de ciência da informação: análise bibliométrica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 13, n. 2, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/324138. Acesso em: 15 jun. 2026.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.